

## RESUMO - SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

### **METODOLOGIA PARA CONTROLE SÓCIO-HISTÓRICO EM CORPORA COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS: A QUESTÃO DOS INDICADORES SOCIAIS**

*Izaias Araújo Das Neves Paschoal (izaiasaraujo215@gmail.com)*

*Zenaide Novais De Oliveira Carneiro (zoncarneiro@uefs.br)*

O objetivo deste trabalho é a aplicação do status social dos scriptores das coleções documentais históricas, opondo indivíduos de diferentes configurações sociais que possuem implicações para o estudo do português brasileiro, com base em Lucchesi (1994; 2001), que concebe o português brasileiro como um sistema não apenas heterogêneo e variável, mas plural, um diassistema formado por dois subsistemas igualmente heterogêneos e variáveis, definidos como “normas”: o Português Culto Brasileiro e o Português Popular Brasileiro (Mattos e Silva, 2008). A classificação é feita nas seguintes bases: a) Vilhena (1969 [1798-1799] sobre a estratificação da capitania da Bahia e de outras “terras brasílicas” no século XVIII, que descreveu sete classes sociais, a saber: (Magistrados e funcionários das finanças; 2. Corporação eclesiástica; 3. Corporação militar; 4. Corpo de comerciantes. 5. ‘Povo nobre’ 6. ‘Povos artesãos’ e 7. ‘Escravos’); b) Kátia Mattoso (1992), a qual apresenta quatro classes para a Bahia do século XIX: 1. Rendas acima de R\$ 1.000.000,00 réis: altos funcionários graduados da administração real, oficiais de patentes mais

elevadas, o alto clero secular, grandes negociantes, grandes proprietários de terras; senhores de engenho ou pecuaristas; 2. Rendas acima de R\$ 500.000,00 réis: Funcionários de nível instância, médio, juizes de primeira tabeliães, almoxarifes do Arsenal, diretores, da Casa da Moeda, entre outros; 3. Rendas que não ultrapassavam de R\$ 500.000,00 réis: funcionários públicos e militares de baixo escalão, profissionais liberais secundários e outros e 4. grupos marginalizados (escravos, vagabundos, mendigos e prostitutas) do censo de 1872 e subsequentes. Carneiro (2005) aplica as classificações de Vilhena e Mattoso a um conjunto composto por 500 cartas manuscritas entre 1809-1904 por indivíduos nascidos entre fins do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX, a saber: textos escritos por brasileiros cultos nascidos e ou educados em regiões urbanas e textos escritos por brasileiros semi-cultos e nascidos/radicados não no cultos interior, especificamente da Bahia, a partir de três coleções documentais. Os resultados aproximados com base na proposta de Kátia Mattoso apontam para a 1ª coleção documental, duas classes: classe 1 (74/109 - 67,889%) e classe 2 (35/109 32,110%); 2ª coleção documental: classe 1 (8/46 - 17,391%); classe 2 (29/46 63,043%) e classe 3 (9/46 - 19,562%), além de 14 não identificados. Nesse grupo, a situação se inverte e a maioria pertence à classe 2, já com um percentual em torno de 20% da classe 3. Uma elite imediatamente inferior a primeira, mas, ainda, letrada e, sobretudo cidadina e 3ª coleção documental: classe 2 (27/43 62,790%) e classe 3 (16/43 - 37,209%). Essa 3ª parece ter as características da categoria 2, mas diferente da 2ª, uma elite pouco letrada. E, como esperado, não há representantes da classe 1. É importante destacar que em nenhuma das 3 partes, até onde se pode apurar, houve representantes da classe 4 (ou 7 de Vilhena). Todavia, Paschoal (2024), que editou um conjunto de documentos de escritos de pretos e pardos, do século XVIII, preenche essa lacuna.

Palavras-chave: controle metodológico; indicadores sociais; corpora históricos; brasil colonial e pós-colonial.